

Carta aberta ao prefeito Alexandre Kalil

Que o inevitável ‘tribunal da pandemia’ não leve para o banco dos réus, titulares de outros governos estaduais e de prefeituras. Esse julgamento será implacável, seja no terreno jurídico, seja no histórico e político.

Senhor prefeito,

É público e visível que o Brasil, nosso estado e – em especial – a capital mineira estão imersos no momento mais grave da crise sanitária. Quadro que tende a se agravar com a chegada do inverno.

Somadas à dinâmica de transmissão do Sars Cov 2, temos as ações e omissões conscientes (ou por mera incompetência) do governo federal, aprofundando a crise sanitária, e mantendo colapsado o Sistema de Saúde. Ações e omissões nas quais Bolsonaro é seguido por Romeu Zema.

Assim, reafirmamos que sejam aprofundadas as medidas necessárias para conter a circulação do vírus, conforme divulgado pelo “Observatório Covid”, da Fiocruz, em 06/04/2021, cuja Nota à Imprensa destaca:

“é fundamental neste momento a adoção ou a continuidade de medidas urgentes, que envolvam a contenção das taxas de transmissão e crescimento de casos através de medidas de bloqueio ou lockdown, seguidas das de mitigação, com o objetivo reduzir a velocidade da propagação. Tendo como referência a Carta dos Secretários Estaduais de Saúde à Nação Brasileira, publicada (...) em 1 de março de 2021, a análise aponta para a necessidade de maior rigor nas medidas de restrição das atividades não essenciais para todos estados, capitais e regiões de saúde que tenham uma taxa ocupação de leitos acima de 85% e tendência de elevação no número de casos e óbitos.”

Conscientes de que ações nesse sentido demandam uma articulação metropolitana; e de que as sabotagens do governo federal e a omissão do governo Zema implicam dificuldades na execução de tais medidas; ainda assim, consideramos que urge mobilizar prefeitos e prefeitas para uma **gestão paralela da crise**, como assim o fizeram a maioria dos governadores. E que tal gestão paralela se dê com a integração plena da sociedade civil, em comitês locais, com a participação formalizada de sindicatos, entidades comunitárias, movimentos sociais e similares, num esforço compartilhado de ações e decisões. Que se unifiquem esses sujeitos coletivos na defesa da vacinação para todos, na discussão de estratégias de rastreamento do vírus, via testagem em massa e que tratem a população como sujeito e não como objeto de medidas protetivas.

Uma gestão paralela da crise tem ainda outra atribuição inafastável: o diálogo com proprietários de micros, pequenas e médias empresas, para cobrarmos, de forma uníssona do governo federal, que franqueie – para este setor – somas idênticas aos trilhões de Reais

destinados a bancos, montadores de automóveis, empresas aéreas, grandes conglomerados do turismo etc. E que o governo Zema saia de seu imobilismo e efetive desembolsos para esses setores empresariais.

É preciso que Belo Horizonte e sua região metropolitana se preparem para um lockdown, de fato:

- a) que se limite às atividades essenciais; que garanta a segurança sanitária aos trabalhadores e às trabalhadoras dessas atividades;
- b) que restrinja o transporte público; com redução de passageiros; com diminuição do intervalo das viagens; ampliação das viagens do metrô, com limitação de passageiros;
- c) que adote o “auxílio emergencial”, com recursos municipais, aos seguimentos excluídos da “ajuda” decidida pelo Congresso Nacional, recentemente, como condição para esse lockdown de fato;

A defesa da vida é mais que retórica. E a melhor forma de desmascarar as tais carreatas pró “loteria da morte” é fazer o debate público.

Hoje, a responsabilidade criminosa do quadro calamitoso no qual nos encontramos nacionalmente já tem reconhecimento internacional: é de Jair Bolsonaro, com seu suspeito tratamento precoce; com sua subestimação da pandemia; com sua negligência em termos de aquisição de vacinas no tempo adequado; por seu incentivo às aglomerações, dentre tantos outros gestos condenáveis.

Que o inevitável “tribunal da pandemia” não leve para o banco dos réus, titulares de outros governos estaduais e de prefeituras. Esse julgamento será implacável, seja no terreno jurídico, seja no histórico e político.

VACINA NO BRAÇO! COMIDA NO PRATO!

Belo Horizonte, 12/04/2021

A Comissão Executiva do DM/PT BH